

**Concepções dos profissionais de Ater sobre as atividades extensionistas desenvolvidas  
em áreas indígenas em Pernambuco**

Conceptions of Ater professionals in rural extension activity developed in indigenous areas in Pernambuco

GONÇALVES, Mônica Nunes<sup>1</sup>; LIMA, Irenilda Sousa<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e extensionista do Instituto Agrônomo de Pernambuco, Recife – PE, Brasil, monica.nunes@ipa.br; <sup>2</sup>Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife – PE, Brasil, irenilima2@gmail.com.

---

**RESUMO:** Atualmente, tem-se discutido a construção de uma Extensão Rural que atenda às especificidades étnicas dos povos indígenas, respeitando as suas expressões socioculturais. Para compreender essa dinâmica, este trabalho teve como objetivo analisar a prática da Extensão Rural estatal em áreas indígenas, situadas em Pernambuco, realizadas pelos profissionais de Ater que atuam no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Foi levantado como os profissionais de Ater percebem o trabalho de extensão rural em áreas indígenas em pesquisa qualitativa. O estudo revelou que as ações e políticas realizadas nas áreas indígenas não indicam a execução de uma Ater indígena baseada na especificidade étnica. Conclui-se que há necessidade de se efetivarem políticas e ações que levem em conta expressões socioculturais nas ações de Ater.

**PALVRAS-CHAVE:** Ater indígena. Expressões socioculturais. Extensão Rural. Identidade étnica. Povos indígenas.

**ABSTRACT:** It has been discussed the proposition for Rural Extension service which fill specificities of indigenous people such as ethnic characteristics and respecting socio-cultural concern. This work had the objective to analyze the practice of rural extension service in indigenous areas located in Pernambuco, make by Ater assistants from the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA). The research consisted of how the Ater professionals came under focus in relation to their perception and how they act doing Rural Extension service in indigenous areas. The research was qualitative data basis. The study showed that the activities and policies carried out in indigenous areas do not consider the indigenous Ater based on ethnic specificity. It is concluded that there is a necessity to carry out policies and actions that are linked to socio-cultural expressivities of the indigenous settlement.

**KEYWORDS:** Indigenous Ater. Socio-cultural expressivity. Rural Extension. Ethnic identity. Indigenous people.

## Introdução

As ações da Extensão Rural tem sido marcadas pela teoria da difusão de inovações “[...] o que levou os extensionistas a voltar sua atenção para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a ‘modernização conservadora’ da agricultura” (CAPORAL e RAMOS, 2006, p. 131). As desigualdades sociais e contradições do meio rural não faziam parte da agenda extensionista, na medida em que temas como reforma agrária e pobreza, dentre outros, não eram problematizados e relacionados às condições em que viviam homens e mulheres do campo. Como afirmou Callou (2006), “não é ao acaso, [...] que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês do Nordeste, representado pelas ligas camponesas e pelos sindicatos apoiados pela Igreja Católica. A Extensão não se interessa pela reforma agrária [...]” (CALLOU, 2006, p.93-94). Nesse período, as orientações teórico-metodológicas dos extensionistas se pautavam por relação unilateral, na medida em que o saber científico do extensionista era considerado superior ao saber do agricultor, ou seja, na perspectiva de Freire (2002), os agricultores eram vistos como meros depósitos de conhecimentos. Como educador Paulo Freire legou a Extensão Rural importantes contribuições, propondo um novo olhar sobre o conceito da extensão e suas práticas metodológicas, ao passo que criticou as relações de subalternidade entre o agrônomo e os agricultores, pautadas em uma educação que denominou de “bancária”. O referido educador compreendia que no processo educativo deveriam ser consideradas a visão de mundo e a realidade na qual estariam inseridos os educandos, portanto, contrapondo-se ao conceito de extensão como invasão cultural (FREIRE, 2002).

Com as críticas estabelecidas, constata-se que “o modelo histórico da Extensão Rural, no Brasil, já não atendia às demandas da sociedade, como também não era pensado para dar conta da complexidade e das crescentes mudanças ocorridas no meio rural” (CAPORAL e RAMOS, 2006, p. 32).

A reorientação de uma nova Ater, portanto, torna-se mais evidente a partir da implementação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que passa a lidar com novas temáticas e desafios na medida em que garante o direito a Ater aos segmentos da agricultura familiar, a exemplo dos ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, povos da floresta, extrativistas, assentados da reforma agrária, quilombolas e povos indígenas (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, os direitos dos povos indígenas, como beneficiários da Ater, foram reafirmados através

do Art. 5º<sup>1</sup>, inciso I, da Lei de Ater nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER (BRASIL, 2010).

No âmbito do Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 2004, incorporou ações voltadas para os povos indígenas. No entanto, segundo Ferrari (2010) é a partir de 2008, através das Redes Temáticas, que foram incorporados temas que, institucionalmente, não eram costumeiramente tratados nas ações dos órgãos estatais de Ater, tais como agroecologia, gênero e povos indígenas. Em específico, a Rede Temática de Ater indígena irá delinear um diálogo entre a extensão e os povos indígenas, referindo-se mais especificamente ao Estado de Pernambuco.

Desse modo, a prática extensionista se depara com novos desafios em relação a sua atuação, devido à complexidade e diversidade dos segmentos da agricultura familiar, na medida em que vem agregando novas temáticas que respondam às demandas desse público, frente às exigências contemporâneas de desenvolvimento rural sustentável. Na extensão surgem temáticas relacionadas às questões socioambientais que não estão vinculadas propriamente à agropecuária e ao crédito, tais como: gestão e conflitos territoriais, gênero, etnias, sustentabilidade, racismo ambiental, segurança alimentar e nutricional, atividades não agrícolas de artesanato e turismo, identidade étnica, etnodesenvolvimento, entre outras (DIESEL e DIAS, 2010).

Constata-se, o papel fundamental da Ater de apoiar os povos indígenas nas ações de gestão territorial, de preservação dos seus recursos naturais e dos conhecimentos ecológicos e tradicionais, de forma a garantir ações produtivas ecologicamente saudáveis. Diante desse cenário, posta-se a hipótese se as ações da Extensão Rural junto aos povos indígenas têm respeitado às suas especificidades étnicas. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi de analisar a atuação da Extensão Rural estatal em áreas indígenas situadas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco, através de profissionais de Ater do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

a) Extensão Rural: novas temáticas, novos desafios - o termo “Extensão Rural” ainda parece soar, de certa forma, “desconhecido”, sendo percebido e identificado

pela maioria dos segmentos da agricultura familiar como ações que se restringem às questões ligadas à agropecuária e ao crédito. Diesel e Dias (2010) apontaram abordagens distintas para diferenciar os campos de atuação da extensão. A Extensão Agrícola segundo Diesel e Dias (2010, p.1) “trata essencialmente de aspectos relacionados à eficiência técnica e econômica dos processos de produção agropecuária”. Já a Extensão Rural “integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural” (DIESEL e DIAS, 2010, p.2).

Pode-se dizer que a extensão agrícola está mais próxima da forma como os segmentos da agricultura familiar e mesmo dos profissionais de Ater em geral percebem as ações de Ater. Portanto, as percepções de que os trabalhos de Ater se limitam ao enfoque agropecuário ou ao crédito são advindas da herança das políticas implantadas para a modernização da agricultura a partir da década de 1950, “período em que ocorreu a institucionalidade da Extensão Rural no Brasil” (PEIXOTO, 2008). Desse modo, referindo-se aos primeiros significados da Extensão Rural em suas origens Caporal (1998, p.42) afirma que:

No Brasil, as definições de extensão seguiram exatamente as mesmas tendências das definições estabelecidas nos EUA. Assim, desde suas origens, a extensão é vista como uma atividade educativa, um processo de educação não formal, destinado a homens, mulheres e jovens do meio rural. A relação entre os agentes e os clientes ocorre através de um processo de comunicação, onde o conteúdo tem a ver com as “novas ideias”, que são disseminadas através do uso de uma “metodologia de extensão”, desenvolvida para este fim (aspas do autor, tradução nossa).

Ou seja, inicialmente, a Extensão Rural se propõe a educar o “homem” do campo, compreendido pela perspectiva do modelo de desenvolvimento urbano-industrial como imerso em um cenário de “atraso tecnológico” e pobreza (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). Logo, o discurso da Extensão Rural naquele momento era baseado no “[...] aumento da produção e da produtividade agrícola e elevação dos níveis de vida da população rural – entendendo por esta principalmente pequenos e médios agricultores” (FONSECA, 1985, p.88).

Posteriormente, mas ainda na década de 1950, em decorrência da avaliação dos resultados insatisfatórios com os agricultores, a Extensão Rural passa a adotar os

princípios do modelo difusionista inovador, que se baseia na ideia de que as mudanças sociais se realizavam através das intervenções técnicas (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Em relação à prática extensionista do período, Fonseca (1985) destaca que os conflitos e as contradições decorrentes do capital, a pobreza e as desigualdades sociais, não faziam parte da agenda e das temáticas tratadas no campo com os agricultores. Além dessa visão acrítica da realidade, as práticas entre o técnico e o agricultor pautavam-se por uma relação desigual que desconsiderava e desconstruía o saber desses últimos uma vez que o saber científico unilateral era reconhecido como “superior” pelos profissionais da extensão (FONSECA, 1985). Segundo a mesma autora, a adoção de novas tecnologias alterou profundamente o modo de vida sociocultural dos agricultores, sua forma de produzir, suas relações com o meio ambiente, uma vez que foram introduzidos adubos químicos, sementes e mudas selecionadas, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, etc. Após quase uma década de trabalho fundamentado no difusionismo-inovador, a partir dos anos 1960, os médios e grandes produtores passam a ser o foco principal dos trabalhos da Extensão Rural, pois estariam mais aptos a adotar as tecnologias modernas (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Diante desse cenário, em meados da década de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a extensão baseia a sua atuação em dois segmentos distintos: de um lado o trabalho tecnológico continuaria com os grandes e médios produtores, de outro os agricultores de baixa renda foram incorporados, posteriormente, nos trabalhos de Ater, a partir de um discurso social, sob a perspectiva assistencialista (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). Vale a pena citar que é também na década de 1970 que os movimentos indígenas do Brasil começaram a se organizar e a debater sua situação de dominação e discriminação histórica na sociedade brasileira (NEVES, 2003).

Assim, contrapondo-se a perspectiva difusionista, em que a Extensão Rural se baseava, Paulo Freire escreveu há mais de 40 anos sobre a resignificação do conceito de “extensão” no Brasil, em seu livro *Extensão ou Comunicação?* As contribuições do referido autor foram importantes, pois, traziam novas abordagens através da comunicação pelo diálogo e a crença da educação como um ato libertador. Freire (2002) referiu-se à extensão como um ato de comunicação entre o agricultor e o técnico, contrapondo-se ao ato de “persuadir”, “extender”. Compreendia o mesmo autor

que quando o “[...] educador, se recusa a ‘domesticação’ dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão” (FREIRE, 2002, p.24). Essa nova abordagem da Extensão Rural provocou, de certa forma, se não uma ruptura com o modelo, ao menos reelaborações para a construção de novas metodologias no campo, pautadas a partir da realidade local, humanista e no reconhecimento do outro como sujeito histórico.

O cenário político e econômico, nos anos 1990, foi marcado pelo contexto neoliberal, que no Brasil se estabelece através da política do Estado mínimo, tendo como consequência a extinção de vários órgãos, entre eles a EMBRATER<sup>2</sup> (PEIXOTO, 2008). Em Pernambuco, a Ater estatal sob a sigla da EMATER-PE, foi extinta, o que ocasionou, ao longo dos anos, a perda da capacidade de atuação nas áreas rurais, a ruptura da história e memória da extensão pernambucana, que posteriormente reconstrói suas ações em novos cenários, a partir da incorporação dos serviços de Ater em 2003, ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

A crise estava estabelecida na década de 1990, no âmbito ambiental, social, econômico, político, como resultado de modelos de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico. Como diz Leonardo Boff, “fizemo-nos reféns de um modelo civilizatório depredador e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao nosso” (BOFF, 2003, p.35).

Novas práticas e novos paradigmas emergem contrapondo-se e reavaliando os conceitos hegemônicos vigentes nos mais variados campos da ciência. As discussões pautadas pelos movimentos sociais e os eventos da década de 90, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, trazem à tona perspectivas de discussões sobre os padrões de produção e consumo, erradicação da pobreza, uso da terra, resíduos (lixo), colapso ecológico, e políticas de desenvolvimento sustentável (NOVAES, 2003). É nesse contexto que surgem, posteriormente, na Extensão Rural novos desafios, novas temáticas e novos atores visibilizando a complexidade do meio rural.

Nesse sentido, corroborando para a ideia de que novas temáticas, além das questões agropecuárias e do crédito desafiam os profissionais de Ater, o relatório de pesquisa, elaborado em 2008, como resultado do seminário “O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil”, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), analisa que:

Nesse cenário, a Extensão Rural é desafiada a se posicionar, hoje, diante de um leque de novos referenciais, como: a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; as concepções de desenvolvimento, que promovem o empoderamento dos contextos sociais excluídos, tal como descritas no Desenvolvimento Local; a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação; a perspectiva comunicacional, que considera as populações do meio rural como sujeitos que reagem às políticas governamentais e não-governamentais como produtores de sentido; os movimentos sociais pela terra; a agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, a agroecologia (CALLOU et al., 2008).

Pesquisadores como Rivera e Sulaiman (2009, p.271 apud DIESEL e DIAS, 2010, p.2), também apontaram a diversidade das populações do segmento da agricultura familiar inseridos em contextos socioculturais e históricos complexos que demandam novos entendimentos para a Extensão Rural, uma vez que:

“[...] instituições de extensão, hoje em dia, estão sendo chamadas a enfrentar os temas sociais que não são estritamente vinculados aos assuntos agrícolas ou produtivos [...] como os relacionados à saúde (especialmente a AIDS), população, meio ambiente e sustentabilidade, ou seja, temas não relacionados apenas à produtividade e à rentabilidade oriunda dos vínculos dos agricultores como os mercados” (aspas dos autores).

Partindo dessas concepções, a Extensão Rural, incorporou, através da PNATER, instituída em 2004, novos segmentos da Agricultura Familiar, entre eles os povos indígenas. Ou seja, as transformações ocorridas no campo político e dos direitos humanos fizeram com que a Extensão Rural tivesse mais um desafio: trabalhar com a diversidade cultural dos povos indígenas das mais diversas regiões do Brasil, cujas expressões socioculturais, históricas e projeto de vida divergem de uma forma geral do modo de viver do que se costuma chamar de sociedade envolvente.

b) Diálogos possíveis entre a Extensão Rural e povos indígenas - no documento da 1ª Conferência Nacional

sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CNATER), é utilizado o termo Ater indígena, apontando a necessidade de se “criar a categoria de Ater indígena dentro das empresas públicas de Ater” (CNATER, 2012, p.32).

É importante devido a sua contribuição histórica nas políticas de Ater, definir como o MDA, recentemente incorporado a Casa Civil, compreendia conceitualmente as ações de Extensão Rural em áreas indígenas, de modo a orientar as práticas cotidianas do profissional de Ater a partir dos referenciais teórico-metodológicos mais adequados. Assim, segundo informações do site do MDA<sup>3</sup>, os projetos de Ater nas respectivas áreas têm como referência o etnodesenvolvimento das comunidades, a promoção da segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais. Complementando as informações, segundo o site, as diretrizes têm como referência a Política Nacional de Ater e as determinações apontadas pela Comissão Nacional de Política Indigenista.

De forma a contribuir para a compreensão dos trabalhos de Ater em áreas indígenas, partiu-se, pois, do pressuposto de que a Ater indígena deve ser construída junto com os povos, a partir de seus processos endógenos, e da compreensão dos rituais e da religiosidade e suas correlações com a agricultura e a Natureza, respeitando as expressões socioculturais e projetos de vida de cada povo, podendo ter como referência os princípios do etnodesenvolvimento de modo a estabelecer uma relação intercultural.

Pode-se observar, de uma forma geral, que muitos povos indígenas em contato com os não índios perderam as suas formas tradicionais de cultivo, atingidos pelos projetos desenvolvimentistas, uma vez que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a FUNAI nos primórdios, “após atrair, aldear, ou transferir os chamados índios isolados e arredios implantavam programas para torná-los produtivos” (ARAÚJO, 2007, p.6). Um exemplo desse processo diz respeito ao povo Krahô, que habita o estado de Tocantins, em 320.000 hectares: na década de 1970, o Estado brasileiro realizou projetos de plantação de arroz em terras Krahô, que passaram apenas a cultivar arroz com o objetivo de consumir e vender o excedente para os não índios (OLIVEIRA, 2007). Como resultado, os Krahô perderam as referências dos seus cultivos tradicionais, e quase toda a sua biodiversidade agrícola, além de

referências ancestrais de cultivo, como o conhecimento sobre as plantas.

Em Pernambuco, o povo Xukuru do Ororubá, perdeu espaços para a monocultura, uma vez que “boa parte da floresta da sua região foi derrubada para plantação de soja e a criação do gado [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 36). Por terem perdido vários cultivos tradicionais, a exemplo das plantas medicinais, passaram a utilizá-las pouco, correndo o risco de perder o conhecimento sobre essas plantas (OLIVEIRA, 2007). A partir dos exemplos citados anteriormente, percebe-se o quanto a perda da memória dos conhecimentos ancestrais foi causada pela introdução de outras variedades agrícolas, seja através de projetos de desenvolvimento, seja pela introdução de culturas agropecuárias impostas pela sociedade envolvente, uma vez que a forma de preservação desses conhecimentos como dizem Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 35), é por:

[...] meio da língua e, até onde sabemos, não lança mão da escrita; [...], é um conhecimento ágrafo. A memória é então o recurso mais importante da vida desses povos. Sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo pela língua, configura-se e responde a uma lógica diferente: a da oralidade.

Sob este prisma, as percepções que os indígenas possuem das questões naturais do “mundo biológico e os relacionamentos terra-planta-animal” são compreendidos como parte do estudo da Etnoecologia (FRECHIONE et al., 1989 apud MARTELLO et al., 2009, p. 172) que traduz a compreensão e percepção do conhecimento tradicional dos povos indígenas como uma importante contribuição à preservação ecológica para o mundo contemporâneo. Além desses aspectos, as contribuições do estudo da Etnoecologia que tem o propósito de descrever o meio ambiente como a própria comunidade o interpreta, nos possibilita, em específico na Extensão Rural, compreender as relações e os significados que a agricultura e o meio ambiente possuem para esses povos, antes de qualquer atuação. As matas, por exemplo, para o povo Atikum e o povo Pankará que habitam o Sertão de Pernambuco, devem ser preservadas não apenas para evitar a perda da biodiversidade, mas porque representam a morada dos “Encantados de Luz”, seres espirituais que se comunicam através dos seus rituais. Assim, entendemos que a “conservação não está presente como conceito, mas é parte do seu modo de vida e das suas percepções do relacionamento humano com a

natureza” (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000 apud MARTELLO et al., 2009, p. 172).

Pode-se dizer que os povos indígenas que estiveram em maior contato com os não índios historicamente passaram pelo processo da perda da sua biodiversidade agrícola e dos seus conhecimentos ancestrais, como mencionados anteriormente seja pela implantação de projetos desenvolvimentistas, seja pelas disputas e invasões territoriais. Com isto, os povos indígenas, indiretamente ou diretamente foram afetados pelas consequências da Revolução Verde, como foi demonstrado nos exemplos anteriores e também pelos processos históricos discriminatórios e usurpadores das terras indígenas modificando as relações desses povos com a agricultura tradicional, em específico, na Região Nordeste.

Considerando os inúmeros desafios de se trabalhar em áreas indígenas, verifica-se o quanto são importantes as orientações teórico-metodológicas adequadas ao profissional que trabalha nessas áreas. Uma vez que o técnico se depara com distintas realidades: com povos que estão em processos de afirmações étnicas, construindo o projeto de vida, com povos que ainda utilizam agrotóxicos em cultivos, de forma a atender as exigências do mercado local, ao mesmo tempo que outros índios da mesma etnia compreendem que a utilização de adubos químicos desconstrói a agricultura tradicional e os conhecimentos ancestrais, já que em muitas etnias a agricultura possui correlações com rituais religiosos.

Nesse sentido, os profissionais se deparam com inúmeros desafios, começando pela seguinte questão: para se trabalhar em áreas indígenas devem ser utilizados os mesmos referenciais teórico-metodológicos de áreas não indígenas? Outras questões ainda poderão estar presentes durante o percurso do trabalho em áreas indígenas, relacionadas às disputas territoriais, à demanda pelo resgate de sementes tradicionais, ao racismo ambiental, às dificuldades de documentações comprobatórias para atendimentos aos projetos, às questões ambientais, à gestão territorial, à sustentabilidade, ao gênero, à preservação da biodiversidade, questões ligadas à saúde e educação, à insegurança alimentar, à geração, entre outras.

Diante de tantas temáticas e desafios mencionados para a atuação dos profissionais de Ater em áreas indígenas, Ferrari (2010, p.110-111) chamou a atenção para a necessidade de um perfil profissional diferenciado, uma vez que as atividades desempenhadas em áreas indígenas:

[...] muitas vezes não serão de enfoque agropecuário, mas sim cultural, ambiental, de fortalecimento da organização local, entre outros [...]. Tendo a equipe de Ater a função de dar suporte para que as próprias comunidades construam caminhos para enfrentar seus desafios, lembrando sempre de trabalhar a partir dos princípios do etnodesenvolvimento.

Ainda sobre esse “perfil diferenciado”, um aspecto importante para o trabalho em áreas indígenas é a identificação do profissional com o seu público. Autores como Diesel e Dias (2010) escreveram que as insuficiências no processo de formação dos profissionais das Ciências Agrárias<sup>4</sup> que em geral exercem atividades na Extensão Rural precisam ser revistas, o que pode dificultar essa identificação. Logo, afirmam que há consensos entre os estudiosos de que é necessária a mudança de postura, adotando para isso um perfil democrático nas suas relações com o público da Ater, “evitando comportamentos autoritários do tipo ‘top-down’, característicos da orientação balizada pelos princípios teórico-metodológicos da difusão de inovações” (DIESEL e DIAS, 2010, p. 8, aspas dos autores).

Os autores vão mais além em relação à identificação do profissional com o seu público, e sugerem que as mudanças de posturas de um referencial difusionista para um referencial participativo, por exemplo:

[...] não gera, automaticamente, maior possibilidade de identificação com grupos em condição de maior vulnerabilidade social e nem habilita necessariamente, para distinguir questões ambientais ou de discriminação étnica ou de gênero que, porventura, se colocam como relevantes em dada realidade (DIESEL e DIAS, 2010, p. 9).

Em relação aos povos indígenas, existem desafios a superar frente a essas questões, uma vez que esses grupos possuem especificidades socioculturais tão diferenciadas que podem ser percebidos pelo extensionista “como ‘os outros’, aqueles cuja realidade não lhes diz respeito ou que não tem condições de ‘decodificar’ ”(DIESEL e DIAS, 2010, p. 9, aspas dos autores).

Nesse aspecto, verifica-se como as reivindicações dos povos indígenas em relação à inserção de técnicos indígenas para atuação nessas áreas toma relevância devido à deficiência de uma formação acadêmica mais adequada às complexidades contemporâneas. Assim, a

CNATER (2012) propõe como uma das orientações para a atuação da Ater indígena a composição preferencial de técnicos/as indígenas, com a ressalva de uma formação multidisciplinar para atuar junto ao seu povo. No entanto, não basta ser indígena, conforme citou o referido documento, os técnicos indígenas devem ser “conhecedores/as dos saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais da agricultura, criação de animais, relacionamento com elementos da natureza e de gestão de seus territórios, e não só os conhecimentos técnicos e acadêmicos [...]” (CNATER, 2012, p. 66).

Sobre a diversidade do trabalho em áreas indígenas, Ferrari (2010, p.113) nos remete a alguns referências teórico-metodológicas que podem ajudar na atuação extensionista, dando exemplos de como pode ser percebida a “especificidade” nas ações de Ater em áreas indígenas:

Avançamos no entendimento de que a Ater indígena não remete só a atividade agrícola, agropecuária, mas a uma visão mais ampla da vida comunitária e uma atuação com esse enfoque. Entendendo que visar à Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável em Terra Indígena tem como pressupostos o fortalecimento da comunidade, dos valores e hábitos culturais e que podem levar a atividades de enfoque cultural. Saber que não é só produzir alimentos, depende do tipo de alimentos, se fazem parte da dieta alimentar daquele povo, como produzi-lo, respeitando as técnicas tradicionais e os princípios agroecológicos e a reorganização social e a economia indígena.

Nessa perspectiva, queremos enfatizar que apenas uma assistência técnica pontual ou mesmo sistemática limitada às questões agropecuárias nas áreas indígenas, não é suficiente para lidar com sistemas e modo de vida tão específicos e complexos como os dos povos indígenas.

A Extensão Rural junto aos povos indígenas com o objetivo apenas de garantir o acesso às políticas públicas e ao crédito, sem considerar as especificidades não contribui para o desenvolvimento e empoderamento desses povos, uma vez que esses segmentos demandam um conhecimento aprofundado dos processos socioculturais, ambientais, territoriais e históricos. Outro aspecto a considerar é a necessidade da identificação e da compreensão da visão de mundo dos indígenas, que começa a partir da construção de uma cultura institucional, fomentada a partir de

referências teórico-metodológicas que respondam positivamente às demandas desses povos, como os contidos na PNATER, tais como o desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia, o etnodesenvolvimento, entre outros.

### Material e métodos

O estudo aqui proposto se caracteriza por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que, ao descrever a complexidade de determinado problema e relacionar as suas variáveis, contribui para o processo de mudança de determinado grupo social (RICHARDSON, 1989). Na primeira fase, considerando as dificuldades de encontrar estudos acadêmicos nessa área que se reportem à Extensão Rural oficial e povos indígenas no estado de Pernambuco, evidenciadas através de pesquisas documentais, nas quais não foram encontradas orientações em relação aos procedimentos sobre as ações da Ater indígena<sup>4</sup> do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), optou-se por serem realizadas as primeiras impressões sobre as atividades da Extensão Rural nessas áreas, a partir de conversas informais com pessoas-chave nesse processo, a exemplo do articulador estadual da Rede Temática de Ater indígena<sup>5</sup>, alguns profissionais de Ater (extensionistas e técnicos agrícolas/agropecuários), além de lideranças indígenas. Nesse contexto, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) estadual são realizadas através do Instituto Agrônomo de Pernambuco, que possui escritórios municipais em 182 municípios do estado, atendendo às populações das áreas rurais através de profissionais provenientes das Ciências Agrárias<sup>6</sup> e Humanas e Sociais Aplicadas<sup>7</sup>. Do quantitativo dos municípios citados, fazem parte da nossa pesquisa 14 que são habitados por povos indígenas, e atendidos apenas por profissionais oriundos das Ciências Agrárias. Destes, cinco estão localizados na região do Agreste: Águas Belas, Buíque, Pesqueira, Poção, Tupanatinga. Os outros nove estão localizados no Sertão: Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibirimir, Inajá, Jatobá, Orocó, Petrolândia, Tacaratu. Desse modo, para a presente pesquisa, elegemos analisar a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas através dos profissionais de Ater que atuam nos respectivos municípios.

É importante frisar que, para entender as ações realizadas nas áreas indígenas pela Extensão foi necessária a aproximação com lideranças indígenas e visitas há algumas aldeias indígenas, à feira de produtos orgânicos provenientes das áreas indígenas, a eventos indígenas e acompanhamento de visitas

eventos indígenas e acompanhamento de visitas técnicas às áreas indígenas junto aos profissionais de Ater<sup>9</sup>. Desse modo, utilizamos a técnica da observação direta não estruturada, com anotações no diário de campo. Uma vez que, de acordo com Morin (2004, p.114), “a complexidade do real nos ensina que uma só ferramenta não basta para abordar, compreender e mudar alguma coisa”. No entanto, nos deteremos de acordo com o objetivo do artigo, as entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais de Ater, totalizando 19 entrevistados, de um universo de 26 técnicos que atuam nos municípios nos quais habitam povos indígenas, sendo cada profissional entrevistado correspondente, pelo menos, a um dos 14 municípios estudados.

### Resultados e discussão

#### Concepções dos profissionais de Ater quanto às especificidades étnicas e à atuação em áreas indígenas

- a relação da Extensão Rural estadual com os povos indígenas, sob a perspectiva da PNATER, ainda é recente na maioria dos municípios, tanto nas regiões do Agreste, quanto nas regiões do Sertão de Pernambuco. Verifica-se que o acesso dos povos indígenas às políticas públicas da agricultura familiar se torna mais presente a partir de 2006, quando são inaugurados escritórios locais nos municípios em que habitam os povos indígenas. A visibilidade do trabalho em áreas indígenas também se evidencia a partir de 2008, com a criação da Rede Temática de Ater indígena, uma vez que fomenta questões relacionadas ao atendimento prioritário e específico a esses povos.

Observa-se que, em alguns municípios, os primeiros contatos com os povos indígenas iniciam-se tanto a partir da abertura de novos escritórios, a exemplo de Tacaratu, Jatobá e Inajá, como da chegada de técnicos locais concursados<sup>10</sup> aos municípios, a exemplo de Ibimirim, ou através da implementação das políticas públicas em áreas indígenas, a exemplo de Orocó. Portanto, a atuação em áreas indígenas dos profissionais de Ater de uma forma geral, é recente e encontra-se em processo de construção.

Neste sentido, compreender como esses profissionais percebem as diferenças ou semelhanças do seu trabalho de Ater com os povos indígenas e com os agricultores familiares e as especificidades étnicas através da atuação nas áreas indígenas é imprescindível. Sobre as especificidades étnicas, a CNATER, no seu 1º relatório, orienta ações para garantir essa “especificidade”, através de um atendimento que denomina de diferenciado e contínuo. De acordo com a

CNATER, esse atendimento aos povos indígenas tem que estar adequado aos “conhecimentos tradicionais e aos sistemas produtivos, com base em princípios, valores e diretrizes que norteiam seus planos de vida e de gestão ambiental e territorial” (CNATER, 2012, p.47).

Em relação às semelhanças e diferenças no trabalho com povos indígenas e agricultores, tanto no Agreste como no Sertão, identificamos, através dos relatos, expressões que sugerem desconhecimento histórico da retomada dos territórios e das tradições, e da conquista de direitos constitucionais resultando em visões deturpadas, e estereotipadas sobre os povos indígenas.

Na realidade, as percepções relatadas através das entrevistas sobre as diferenças e semelhanças entre os dois públicos, não estão propriamente ligadas à cultura, à forma de produzir, à temporalidade, às tradições. Elas são traduzidas através de expressões e ideias tais como “os índios têm mais regalias”, “são interesseiros”, “imediatistas”, “os brancos são mais receptivos”, “percebo um maior empenho dos agricultores”, reforçando estereótipos e preconceitos. Um depoimento que merece destaque, denotando uma herança do modelo difusionista é quando o técnico relata que “os índios dão pouca importância às informações tecnológicas” ou quando reduz a sua prática profissional apenas a ações ligadas à agropecuária, quando afirma que “[...] os índios trabalham o artesanato, os técnicos não trabalham”.

Em relação à especificidade étnica, quando perguntado aos profissionais de Ater se o trabalho em áreas indígenas exigia alguma especificidade, dos 19 entrevistados, nove informaram que não era necessária nenhuma especificidade. O que pode indicar a pouca reflexão sobre a concepção do que os entrevistados entendem por “especificidade étnica” em áreas indígenas. Um dos depoimentos dos entrevistados expressa esse contexto:

Acho que não. É o mesmo trabalho, mesmo agricultor. A questão é que são grupos diferentes. A recepção é diferente quando a gente chega... Tudo que o governo, qualquer programa social do governo, eles acham que eles têm direito antes de chegar. O índio, o quilombola, os sem-terra, esquece que o agricultor tradicional é um agricultor igual a eles. Eu não separo nem índios, nem quilombolas, nem área de assentamentos, todos os agricultores têm o mesmo direito, apesar de uns terem mais direito do que outros. (Entrevistado nº 2, Sertão, p. 10).

Dos 10 entrevistados restantes, oito expressam a



necessidade de uma maior reflexão, uma vez que fazem referência às questões culturais, mas de uma forma vaga, confundindo muitas vezes as questões relacionadas às semelhanças e diferenças dos trabalhos com agricultores e indígenas, ou com posturas estereotipadas, conforme relatos abaixo:

O trabalho em áreas indígenas, assim a gente trabalha meio que semelhante. A gente vê que os costumes são outros: preservação das danças, do folclore em si. Mas o meio de produção vai parecer com agricultores familiares. (Entrevistado nº 3, Sertão, p.8).

Apenas dois entrevistados demonstraram uma reflexão maior sobre a especificidade no trabalho da Extensão Rural em áreas indígenas, referindo-se às questões metodológicas e uma atenção a questões socioculturais em detrimento das questões econômicas, de acordo com os relatos abaixo:

Não sei se especificidade, mas os técnicos deveriam realizar pesquisas junto aos indígenas de sua área de atuação para entender melhor a dinâmica de cada povo. Quanto à parte mais técnica, de... Por exemplo, estudar metodológicas de extensão, pedagogias, etc, deveria ser sempre renovada entre os técnicos, independente de atuarem ou não com indígenas. (Entrevistado nº 6, Sertão, p.8).  
Especificidade é quando você trabalha na agricultura em áreas indígenas e às vezes vê que não é importante a questão econômica, mas é importante para a questão da religiosidade desse povo, do ritual, das práticas, dos saberes. (Entrevistado nº 14, Agreste, p.8).

Outro aspecto que complementa as concepções do trabalho do técnico em áreas indígenas, diz respeito à compreensão de como deve ser realizado o trabalho nessas áreas. Verifica-se que as concepções se dividem quanto: a inserirem técnicos indígenas que tratem especificamente dessas áreas ou profissionais das áreas das Ciências Humanas ou Sociais aplicadas. Essas percepções podem indicar dois aspectos: a) a responsabilização de outros profissionais que passem a atuar nessas áreas; b) a inclusão de um profissional das humanas ou sociais aplicadas ou um técnico indígena pode significar um fator agregador para a equipe local.

Outra percepção sobre o trabalho em áreas indígenas está aliada à melhoria da renda e introdução de tecnologias, em detrimento de outros aspectos, tais

como gestão territorial, sustentabilidade, Agroecologia, etnodesenvolvimento, etc.

Em relação à atuação em áreas indígenas, observa-se, de acordo com as entrevistas que a forma mais usual de abordagem dos técnicos é realizada através de reuniões sobre as políticas públicas disponíveis, para a realização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além do acesso ao crédito rural. Conforme relato:

Nós atendemos na área indígena, temos o pessoal do Banco do Nordeste, Agroamigo que é um micro-crédito rural, que tem sido feito parceria para atender o micro-crédito na área indígena. Hoje a gente trabalha é a questão da emissão de DAP e a questão do micro-crédito rural Agroamigo e estiação. (Entrevistado nº 5, Agreste, p. 4).

Dos 19 entrevistados, apenas dois apontaram as temáticas sustentabilidade e gestão territorial como questões discutidas por meio de uma reunião, não fazendo parte do cotidiano das reuniões. Destes, apenas um citou a questão agroecológica como um tema trabalhado cotidianamente. Nesse aspecto, o município de Pesqueira se destaca pela abordagem junto aos movimentos indígenas e pela discussão regular sobre produção orgânica na perspectiva agroecológica com grupos de agricultores familiares, provocando reflexões em relação à forma de se fazer a agricultura indígena aliada ao conhecimento agroecológico, de acordo com o relato de um dos entrevistados:

Tá aí o grupo dos produtores que a gente chamava de orgânico. Com esse avanço deixou de ser orgânico, porque a gente viu muito uma ideologia de mercado. E esses princípios de certa forma que são importantes, não estavam sendo valorizados e a gente começa a discutir uma agricultura indígena e agroecológica. A soma do conhecimento indígena com o conhecimento da Agroecologia, que na sua essência tem todo esse conhecimento de práticas, principalmente dos povos indígenas, práticas ancestrais. E aí a gente começa a pensar essa forma de agricultura e colocar em prática. E aí vem um grande desafio... (Entrevistado nº 14, Agreste, p.15).

Pode-se verificar, de acordo com os relatos dos entrevistados, que a forma de atuação em áreas indígenas dá-se, também, através da demanda espontânea, a partir da procura dos índios aos

escritórios locais. Esse fato indica pouca frequência de visitas periódicas e de planejamento por parte da extensão às aldeias indígenas, devido a uma série de fatores, tais como a quantidade de técnicos insuficiente para atender às demandas dos municípios, difícil acesso às aldeias, capacidade de atendimento do técnico por famílias, múltiplas atividades no escritório, etc.

### Considerações finais

O estudo revelou que os profissionais de Ater reconhecem os povos indígenas como público prioritário nas ações de Ater conforme a PNATER, e a necessidade de se efetivarem políticas públicas que atendam às especificidades étnicas desses povos. No entanto, observa-se que um quantitativo significativo de técnicos acredita que o requisito “especificidade” não é necessário na atuação. A reflexão sobre o que seria especificidade nas ações da Ater precisa ser pensada e discutida para qualificar a atuação dos profissionais.

Verifica-se de acordo com a pesquisa que os profissionais de Ater percebem de uma forma geral que suas ações em áreas indígenas são pontuais, fragmentadas e descontínuas, baseadas em um contexto de ações e políticas públicas que não reconhecem as especificidades étnicas dos povos indígenas. Também percebem que os programas e projetos realizados em áreas indígenas não dão conta das demandas provenientes dessas áreas, que em geral, são extensas, o que revela uma disparidade entre o número de atendimento dos agricultores familiares e indígenas. Em relação à percepção de como é realizado o trabalho em áreas indígenas em comparação com as áreas dos agricultores familiares, são destacados vários elementos que dizem respeito a semelhanças ou diferenças. As diferenças entre esses dois segmentos, são percebidas pelos técnicos através de “estereótipos”, expressos através de situações cotidianas vivenciadas com os indígenas, assim destacam que “os índios têm regalias”, “são imediatistas”, “os brancos são mais receptivos”. Esse aspecto é bastante preocupante, pois, expressa posturas comportamentais como determinantes do respectivo segmento.

Portanto, a Ater indígena precisa estar atrelada a processos e instrumentos que reconheçam a identidade étnica desses povos, garantindo a especificidade no atendimento das políticas públicas. Isso significa que, institucionalmente a empresa deverá rever suas ações e concepções na construção de um plano de ação junto aos povos e movimentos indígenas, de modo a garantir que as orientações da PNATER e da Lei de Ater nº 12.188/2010 e da CNATER estejam enquadradas nas

suas ações.

---

<sup>1</sup>De acordo com a Lei nº 12.188, de 11/01/2010, o Capítulo I, Art. 5º, trata como beneficiários da PNATER: os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como beneficiários de programas de colonização e irrigação.

<sup>2</sup>O Decreto nº 99.226 de 27 de abril de 1990, dispõe sobre a dissolução da Embrater, junto com outras entidades da Administração Pública Federal.

<sup>3</sup>Dado disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/projeto\\_sespeciais/2308122](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/projeto_sespeciais/2308122)>. Acesso em: 25 abril 2012.

<sup>4</sup>Referimo-nos especificamente nesse momento aos profissionais das Ciências Agrárias, uma vez que representam a grande maioria de profissionais presentes historicamente na Extensão Rural, não havendo caráter discriminatório. Supõe-se que outros profissionais das Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas, como os/as assistentes sociais, sociólogos/as, economistas doméstico, possuem na sua formação aportes teóricos adequados para lidar com públicos socialmente excluídos e questões sociais, ambientais e culturais.

<sup>5</sup>Informações confirmadas posteriormente através das entrevistas com o gestor regional e o articulador estadual da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas em Pernambuco.

<sup>6</sup>Refere-se ao representante indígena e extensionista da Rede Temática de Ater Indígena em Pernambuco, no período em que funcionavam. Mesmo com o término oficial das redes, as ações continuaram a serem referenciadas pelo representante.

<sup>7</sup>Referimo-nos aos profissionais das ciências agrárias, a exemplo dos engenheiros agrônomos, médicos veterinários, engenheiro de pesca, zootecnistas e técnicos agrícolas/agropecuários.

<sup>8</sup>Referimo-nos aos profissionais das ciências humanas e sociais aplicadas, a exemplo dos assistentes sociais, sociólogos e economistas doméstico, com a informação complementar de que o quantitativo dos respectivos técnicos é irrelevante frente ao número de profissionais das ciências agrárias.

<sup>9</sup>Denominamos profissionais de Ater os extensionistas (nível superior) e técnicos agrícolas/agropecuário (nível médio), para efeito didático, uma vez que o IPA classifica no seu quadro funcional os extensionistas, como profissionais de nível superior, e os agentes de extensão como de nível médio. Em alguns momentos, também utilizaremos a nomenclatura técnico para denominar tanto os profissionais de nível superior, quanto de nível médio.

<sup>10</sup>Diz respeito a concurso público realizado em 2006 pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, A. L. de O. **A Ater indigenista sob os princípios da Agroecologia**. Brasília: MDA-SAF-Dater/RedCapa/SOCA/Universidade de Berkeley, 2007. p.1-8. (CURSO DE AGROECOLOGIA A DISTÂNCIA, 2.)
- BOFF, L. Ecologia e espiritualidade: In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.35-43.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 2008. BRASIL. Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm). Acesso em: 10 jun. 2012.
- CNATER - CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório das propostas aprovadas em plenário final**. Brasília: MDA, 2012. Versão preliminar.
- CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516p. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado Agroecología, Campesinado e Historia, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p.29-49.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2007.
- CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2006. Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p.29-49.
- CALLOU, A. et al. **Estado da arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife: Gráfica Artim-presso, 2008.
- DIESEL, V.; DIAS, M. M. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL, 2., 2010, Santa Maria, RS. **Anais...** Disponível em: [http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos\\_Teorico-metodologicos\\_em\\_extensao\\_rural.pdf](http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos_Teorico-metodologicos_em_extensao_rural.pdf). Acesso em: 23 mar. 2012.
- FERRARI, S. H. de S. A experiência de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: uma visão do gestor da política. In: ARAUJO, A. L. de O.; VERDUM, R. (Orgs.). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010. p.91-114.
- FONSECA, M. T. L. da . **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** .12. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.
- MARTELLO, A. R. et al. Representações sociais dos Kaingang da Terra indígena Carreteiro, RS, Brasil. **Revista Ambiente & Educação**, v.14, p.171-180, 2009.
- MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada**. Rio de Janeiro: D&A, 2004.
- NEVES, L. J. de O. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.113-151.
- NOVAES, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.323-331.
- OLIVEIRA, J. de C. (Org.). **Alguns conhecimentos sobre agricultura**. Programa Wajãpi – IEPÉ. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008. Textos para Discussão, 48. Disponível em: [http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revista/Etens%C3%\\_Rural\\_no\\_Brasil\\_-](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revista/Etens%C3%_Rural_no_Brasil_-)

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SOARES, M. de A. **Um novo olhar sobre a Ater indígena no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A Etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.20, p.31-45, 2009.